



**Compromisso Nacional pela
Qualidade e Equidade
na Educação Infantil**

Diagnóstico

2

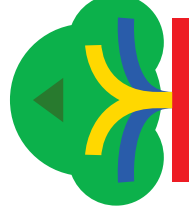
REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil

REALIZAÇÃO:
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



COMPROMISSO NACIONAL PELA QUALIDADE E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Caderno 1 - Apresentação

Ministério da Educação | MEC

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Leonardo Barchini Rosa
Secretário Executivo

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt
Secretária de Educação Básica

Alexsandro do Nascimento Santos
Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica

Rita de Cássia de Freitas Coelho
Coordenadora Geral de Educação Infantil

João César da Fonseca Neto
Coordenador-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica

Consultor Especialista

Dandara Ananda Leal Laia
Bruno Tovar Falciano

Apoio Técnico

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

■ Apresentação

O presente Caderno 2 – Diagnóstico da Demanda e das Condições de Oferta da Educação Infantil, integra o conjunto de instrumentos orientadores do Pacto Nacional pela Qualidade da Educação Infantil (CONAQUEI). Seu objetivo é oferecer aos sistemas de ensino um referencial técnico atualizado e consistente para a construção de diagnósticos que subsidiem o planejamento da expansão do acesso e a melhoria da qualidade da oferta.

A elaboração de políticas públicas eficazes exige um ponto de partida sólido: o conhecimento rigoroso, contextualizado e territorializado da realidade educacional. No âmbito da Educação Infantil, esse diagnóstico possui papel estruturante, uma vez que envolve a análise integrada da demanda por vagas — manifestação do direito das crianças e das famílias — e das condições de oferta — expressão do dever do Estado de assegurar atendimento adequado, equânime e socialmente referenciado.

Este caderno apresenta orientações, parâmetros e instrumentos que auxiliam os entes federados a:

- levantar e sistematizar informações sobre a demanda manifesta e potencial;
- mapear e analisar a rede física existente;
- identificar condições de infraestrutura, gestão e práticas pedagógicas;
- compreender a alocação e a composição das equipes técnicas e docentes;
- organizar indicadores que apoiem decisões estratégicas de curto e médio prazo.

Ao oferecer um roteiro metodológico claro e aderente aos marcos normativos nacionais, o Caderno 2 fortalece a capacidade dos municípios e estados de planejar com base em evidências, promover transparência, fomentar participação social e estruturar ações mais eficazes no âmbito da Educação Infantil.

Espera-se que este material contribua de maneira decisiva para o compromisso assumido no CONAQUEI: garantir que todas as crianças, de 0 a 5 anos, tenham acesso à Educação Infantil com justiça, dignidade e qualidade.

■ O diagnóstico da demanda por educação infantil e das condições de oferta

A importância do diagnóstico

A formulação de boas políticas públicas exige um ponto de partida sólido: o conhecimento rigoroso e contextualizado da realidade que se deseja transformar. Nenhuma política pode ser considerada efetiva se não for capaz de compreender, em profundidade, o território onde se insere, as condições concretas de vida da população a que se destina e as capacidades institucionais disponíveis para sua execução. O diagnóstico é, portanto, o ato inaugural do planejamento público, aquele que permite transformar a vontade política em ação coerente, estratégica e sustentável.

No campo da educação infantil, o diagnóstico assume papel ainda mais central, pois envolve a análise de duas dimensões complementares: a demanda por vagas — expressão do direito das crianças e das famílias ao acesso — e as condições de oferta — expressão do dever do Estado em assegurar qualidade, equidade e integralidade no atendimento. Diagnosticar significa olhar para o conjunto do sistema, identificando tanto as lacunas e desigualdades quanto as potencialidades e boas práticas já existentes nas redes.

Mais do que uma etapa técnica, o diagnóstico é um processo de aprendizagem institucional e coletiva. Ele mobiliza diferentes sujeitos — gestores, técnicos, professores, conselhos e comunidades — em torno de uma escuta ativa sobre a realidade educacional. Ao mapear desafios e evidenciar potencialidades, o diagnóstico permite que a rede aprenda sobre si mesma, reconheça os seus avanços, as suas limitações e as condições que influenciam a oferta e o funcionamento das instituições de educação infantil. Esse processo fortalece a capacidade de planejar com base em evidências e de definir prioridades de forma democrática, ampliando a transparência e a corresponsabilidade na condução das políticas públicas.

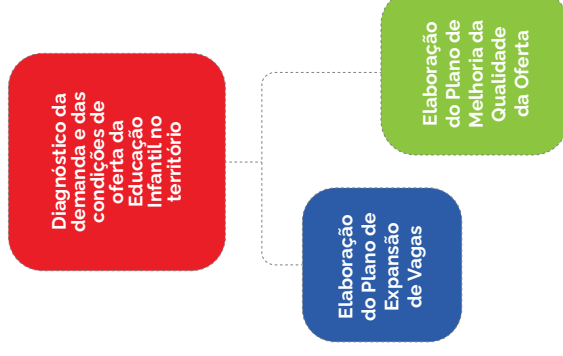
Do ponto de vista estratégico, um diagnóstico bem conduzido deve contemplar a análise articulada de dados demográficos, socioeconômicos e territoriais, identificando a distribuição da população infantil, a oferta existente de vagas (públicas, conveniadas/parceiras e privadas), a capacidade instalada das unidades, as

condições da infraestrutura, os perfis profissionais e as práticas de gestão. Deve, igualmente, incorporar a perspectiva qualitativa, examinando as condições pedagógicas, formativas e relacionais que dão sentido à experiência educativa.

A importância do diagnóstico se revela, portanto, em dois planos complementares: o da expansão do acesso e o da melhoria da qualidade. No primeiro, o diagnóstico orienta o planejamento de novas vagas com critérios de justiça territorial e social, evitando tanto a expansão desordenada quanto a concentração de investimentos em áreas já atendidas. No segundo, ele

subsidiar o plano de melhoria da oferta, identificando prioridades de investimento em infraestrutura, formação docente, recursos pedagógicos e apoio à gestão. Em ambos os casos, o diagnóstico garante que as decisões políticas e orçamentárias sejam orientadas por necessidades reais, e não apenas por demandas circunstanciais ou pressões externas. Além disso, o diagnóstico é condição essencial para assegurar que as políticas de educação infantil alcancem eficácia, eficiência e efetividade — três dimensões clássicas da boa governança pública. Ele contribui para a eficácia, ao aumentar a probabilidade de que as ações produzam os resultados desejados; para a eficiência, ao permitir o uso racional dos recursos disponíveis, priorizando o que de fato impacta a vida das crianças; e para a efetividade, ao possibilitar que as políticas gerem mudanças duradouras na realidade educacional e social.

Compreendido assim, o diagnóstico ultrapassa a função de instrumento técnico e se converte em um dispositivo político e pedagógico de transformação. Ele produz conhecimento público, fomenta a reflexão crítica e fortalece a capacidade das redes de ensino de agir com intencionalidade, coerência e equidade. Ao fundamentar o plano de expansão de vagas e o plano de melhoria da qualidade da oferta, o diagnóstico reafirma o compromisso do poder público com uma educação infantil que não apenas acolhe mais crianças, mas que o faz com justiça, dignidade e qualidade socialmente referenciada.



Como construir um bom diagnóstico?

A construção de um diagnóstico robusto para o planejamento das políticas de educação infantil requer atenção a quatro etapas importantes: (1) o levantamento da demanda, com a sistematização de informações sobre as taxas de matrícula, demanda manifesta e cobertura de atendimento nos dois segmentos da educação infantil (Creche e Pré-escola) no território; (2) o levantamento e a sistematização de informações sobre as condições objetivas de infraestrutura física e pedagógica das unidades de educação infantil existentes no território; (3) o levantamento e a sistematização de informações sobre alocação e composição das equipes técnicas e docentes nas unidades de educação infantil existentes no território e (4) a consolidação dessas informações em indicadores e sua discussão pública com a rede de ensino, a fim de assegurar a apropriação do diagnóstico por parte dos profissionais de educação.

O levantamento da demanda

É muito importante lembrar que a análise da cobertura do atendimento para o primeiro segmento da educação infantil (a creche) deve levar em conta a existência de bebês e crianças que procuraram as unidades educacionais e a secretaria de educação para declarar sua necessidade/interesse em uma vaga e ainda aguardam matrícula (ou seja, uma demanda por vaga que ainda não está contemplada pelos sistemas de ensino, mas está manifesta pela população). Entretanto, também é importante considerar que parte da população pode necessitar ou ter interesse em matricular bebês e crianças na creche, mas não tenham procurado ativamente uma unidade educacional ou a secretaria de educação (ou seja, trata-se de uma demanda não manifesta e, portanto, invisível nos cadastros disponíveis na administração pública). Há, ainda, uma situação que, mesmo contrariando as normas legais vigentes, ainda se apresenta em alguns territórios: redes e sistemas de ensino que não possuem nenhuma forma de assegurar, com transparência, o registro de interesse por vagas na Creche. Vale ressaltar que em setembro de 2023, o Presidente da República sancionou a Lei Federal nº 14.685/2023 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases incluindo, no parágrafo 1º do artigo 5º a obrigação de cada sistema de ensino "divulgar a lista de espera nos estabelecimentos de educação básica da sua rede, inclusive na Creche, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista". Adicionalmente, a Lei Federal nº 14.851, de 3 de maio de 2024 determinou que os sistemas de ensino realizem, anualmente, levantamento da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e que, a partir deste levantamento, uma vez apurada demanda não atendida, cada sistema de ensino elabore o planejamento da expansão da oferta de vagas para a educação infantil pública, em cooperação federativa.

Para não incorrer em ilegalidade, o poder público municipal deve assegurar tanto os canais necessários e suficientes para o registro de demanda manifesta por educação infantil no seu território quanto os esforços necessários para a identificação de demanda existente, mas não manifesta, em ações de busca ativa.

Assim, a consolidação de informações e dados sobre a demanda manifesta e não manifesta deve levar em conta: a) sínteses, relatórios e informações já sistematizadas em bases oficiais – como, por exemplo, a pesquisa anual do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os dados demográficos disponíveis nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ferramenta CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

Na medida das possibilidades existentes e considerando a disponibilidade de informação, os sistemas de ensino devem conhecer a demanda por vagas de creche e pré-escola considerando os diferentes grupos populacionais em cada faixa etária, com atenção explícita aos segmentos mais vulneráveis da comunidade a ser atendida. Assim, o ideal é que o diagnóstico apresente os dados de demanda não atendida considerando as categorias de faixa etária, raça/cor, território (urbano, rural, terras indígenas, terras quilombolas), inscrição da família no Cadastro Único da Assistência Social, crianças com deficiência ou que vivem em famílias que tenham pessoas com deficiência, entre outros.

Na plataforma do Novo Plano de Ações Articuladas (Novo PAR) é possível encontrar tanto as matrículas cadastradas no último Censo Escolar quanto as Taxas de Atendimento Escolar de Creche e de Pré-Escola, com base em dados do Censo Demográfico do IBGE 2022 e Censo Escolar.

As matrículas estão disponíveis no Painel de Contexto do Diagnóstico e são apre-sentadas por rede de ensino e por território (considerando as redes públicas e privadas). São apresentados os números totais e os

quantitativos matriculadas na Educação do Campo, na Educação Escolar Indígena, na Educação Escolar Quilombola, na Educação Bilingue de Surdos e na Educação Especial. No mesmo painel, encontra-se este total de matrículas por raça/cor. E, por fim, ainda no Painel de Contexto está disponível a quantidade de bebês e crianças beneficiários de programas sociais, no caso da Creche e da Pré-Escola, do Bolsa Família. Todas estas informações são atualizadas anualmente com base no Censo Escolar e do CadÚnico.

Ainda no Novo PAR, no Painel seguinte, de Resultados, encontram-se as Taxas de Atendimento, fonte importante para o levantamento da demanda. Taxa de Atendimento Escolar de 0 a 3 anos combina dados de fontes distintas, sendo a matrícula de crianças de 0 a 3 anos (numerador) oriunda do Censo Escolar e a população de 0 a 3 anos (denominador), proveniente do Censo Demográfico. Divide-se o número total de matrículas escolares de 0 a 3 anos na creche pela população dessa mesma faixa etária, multiplicando-se o resultado por 100 para obter o percentual. A Taxa de Atendimento de 4 e 5 segue o mesmo método, alterando para matrículas e população de crianças de 4 a 5 anos. Da mesma forma que os indicadores citados no parágrafo acima, as matrículas podem ser atualizadas anualmente, com base no Censo Escolar, em que pese que a população ainda dependa do Censo Demográfico, atualizado a cada 10 anos.

Espera-se que, ao final do processo de levantamento e sistematização das informações do diagnóstico de demanda, o município seja capaz de apresentar, no mínimo, respostas seguras e detalhadas para as seguintes questões:

● I – LEVANTAMENTO DA DEMANDA MANIFESTA OU REGISTRADA

1. Qual o número atual de total crianças residente no município, na faixa etária de 0 a 3 anos (ou de 4 anos completados após 31 de março do ano vigente)?

Menos de 1 ano	12 a 24 meses	24 a 36 meses	Acima de 36 meses
----------------	---------------	---------------	-------------------

3. Como é a distribuição desse total de crianças por raça/cor?

Preta	Parda	Indígena	Branca	Sem decl.
-------	-------	----------	--------	-----------

4. Como é a distribuição desse total de crianças no território?

Área urbana	Área rural	Terra Indígena	Terra Quilombola	Sem class.
-------------	------------	----------------	------------------	------------

5. Quantas crianças deste total apresentam quadros de deficiência?

6. Quantas crianças deste total são parte de famílias atendidas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família?

Total CadÚnico	Total Bolsa Família	Fora do CadÚnico
----------------	---------------------	------------------

● II – LEVANTAMENTO DA DEMANDA NÃO MANIFESTA OU POTENCIAL

7. Qual o total estimado de crianças de 0 a 3 anos (ou de 4 anos completados após 31 de março) que vivem no município?

8. Qual a projeção populacional de crescimento ou diminuição de crianças nesta faixa etária para os próximos anos no município?

9. Quais são as fontes utilizadas pelo município para identificar o total estimado de crianças de 0 a 3 anos (ou de 4 anos completados após 31 de março) que vivem no município?

● III – GESTÃO DA DEMANDA POR VAGAS

10. De que maneira acontece a inscrição de um bebê ou criança para ser atendido com uma vaga em creche?

11. Existe um sistema informatizado que reúne e organiza a demanda por vagas em creche e que estrutura uma fila para o atendimento?

12. O sistema informatizado permite que as famílias monitorem a fila de creche, para que acompanhem seu cadastro?

13. O sistema informatizado permite o pareamento do local de residência com a oferta de creche mais próxima?

14. Quais dados da família e da criança são coletados pelo sistema informatizado ou pelo cadastro manual para organizar a demanda por vagas em creche?

- CPF da criança
- CPF do responsável
- data de nascimento da criança
- informação de raça/cor
- identificação do SUS (carteirinha/número)
- carteira de vacinação
- laudo/comprovante de condição de deficiência
- endereço completo
- contato (telefone/celular/e-mail)
- informação sobre situação de trabalho/emprego do responsável
- informação sobre renda média familiar
- comprovação de atendimento em programas sociais

O município utiliza critérios de priorização para a concessão de vaga em creche? Se sim, quais são esses critérios?

- priorização de famílias inscritas no CadÚnico
- priorização de famílias que tenham alguma pessoa com deficiência
- priorização de famílias com mulheres vítimas de violência ou em condição de acolhimento
- priorização de famílias com mãe que trabalha
- outros(s) critérios: _____

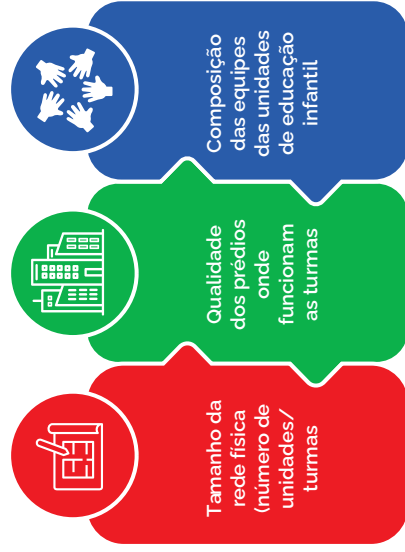
● IV – BUSCA ATIVA

Há estratégias em curso para identificar crianças que não estão cadastradas na lista de espera, mas que deveriam estar matriculadas?

- campanhas de comunicação
- visita domiciliar
- utilização dos dados do CadÚnico disponíveis
- utilização dos dados de nascimento nas maternidades e hospitais
- outros(s): _____

Além de realizar o levantamento sobre a demanda de vagas para atendimento na Educação Infantil, o município também precisa organizar um diagnóstico a respeito das condições de oferta e daquilo que será necessário para assegurar a expansão do atendimento.

Para isso, será necessário organizar os dados e analisar a capacidade instalada em pelo menos quatro aspectos:



Tamanho da rede física

É muito importante que o município identifique quantos são os prédios em que funcionam unidades e/ou turmas de educação infantil, tendo nitidez do tamanho da sua rede física. Com esta informação e considerando os dados do diagnóstico de demanda, será possível definir qual será o tamanho do esforço para ampliar e qualificar esses espaços, a fim de assegurar o pleno atendimento de todas as famílias e crianças que precisam.

Considerando as diferentes realidades do país e as características do atendimento em diferentes territórios, é possível identificar o tamanho da rede física tendo em vista diferentes tipos e arranjos de oferta.

A plataforma do Novo PAR pode ajudar neste levantamento apresentando alguns dados

sobre as escolas que atendem a creche e a pré-escola, assim como as matrículas apresentadas separadamente, registradas no último Censo Escolar. O Painel de Contexto do Diagnóstico do Novo PAR apresenta estes dados diferenciando as escolas da Educação Escolar Indígena, da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e aquelas em áreas urbanas. No mesmo painel encontra-se a diferenciação da quantidade de escolas que ofertam a educação integral e que não, também por modalidade de ensino.

A tabela abaixo pode apoiar o diagnóstico. Nela, pode-se anotar o número de Unidades Exclusivas de Educação Infantil (UEI), de Turmas Exclusivas de Educação Infantil (TEI) e de matrículas de Educação Infantil (N^omatrículas).

Tipo/Categoria

Tipo/Categoria	UEI	TEI	MATR
Atendimento direto pelo poder público (não conveniado)			
Prédio próprio, com atendimento apenas de creche			
Prédio próprio, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio próprio, com atendimento de creche e pré-escola			
Prédio alugado, com atendimento apenas de creche			
Prédio alugado, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio alugado, com atendimento de creche e pré-escola			
Prédio cedido, com atendimento apenas de creche			
Prédio cedido, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio cedido, com atendimento de creche e pré-escola			
Turma de creche funcionando em Escolas de Ensino Fundamental			
Turma de pré-escola funcionando em Escolas de Ensino Fundamental			

Atendimento por entidade conveniada com o setor público

Prédio próprio, com atendimento apenas de creche			
Prédio próprio, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio próprio, com atendimento de creche e pré-escola			
Prédio alugado, com atendimento apenas de creche			
Prédio alugado, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio alugado, com atendimento de creche e pré-escola			
Prédio cedido pelo município, com atendimento apenas de creche			
Prédio cedido pelo município, com atendimento apenas de pré-escola			
Prédio cedido pelo município, com atendimento de creche e pré-escola			

Síntese do diagnóstico

A rede física identificada já atende a demanda do município ou é suficiente para assegurar a expansão necessária das matrículas?

Quantas vagas será necessário criar para atender a demanda?

Estratégia	Descrição
● Reorganização da rede	Estudo da distribuição das matrículas para identificar ociosidade de espaços e vagas e remanejar turmas.
● Ampliação de salas em unidades já existentes	Estudo dos espaços físicos de creches e pré-escolas a fim de identificar possíveis terrenos para construção de salas adicionais.
● Incorporação de prédios públicos ociosos	Identificação de prédios próprios do município ociosos para utilização como creche e pré-escola, com adaptações Pedido de cessão de prédios públicos do governo estadual e do governo federal para utilizar como creche e pré-escola
● Parceria com instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	Estudo e regulamentação para celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para a oferta de serviços de creche, considerando os limites existentes na legislação vigente.
● Retomada de obras paradas ou inacabadas	Estudo de obras federais (com recursos da União) ou do próprio município que estão paralisadas e processo de reativação da construção (novas licitações / aditivos) Inscrição na seleção do Plano de Aceleração do Crescimento e nos editais do FNDE
● Construção de novas unidades	Solicitação de apoio técnico e financeiro ao governo do Estado (identificando programas já existentes ou demandando individualmente) Mobilização de recursos próprios

Uma vez mapeada a quantidade de matrículas necessárias para atendimento da demanda, o poder público poderá adotar diferentes estratégias para assegurar essa ampliação do atendimento.

Considerando a análise empreendida no território, o poder público definirá, para o quadrênio, como será feita a ampliação da rede física para o atendimento da demanda identificada.

Estratégia	Novas Unidades	Novas Turmas	Novas Turmas
● Reorganização da Rede: listar quantas e quais escolas serão reorganizadas			
● Ampliação de salas nas unidades já existentes: identificar quais escolas			
● Incorporação de prédios públicos ociosos			
● Parcerias com entidades comunitárias, profissionais ou filantrópicas; listar localização e entidade parceira			
● Retomada de obras paradas ou inacabadas: listar quais obras serão retomadas			
● Construção de novas unidades (listar bairros que serão atendidos)			

Qualidade dos prédios onde funcionam as turmas

Além do diagnóstico sobre o tamanho da rede física para o atendimento às matrículas de educação infantil, é importante que seja realizado um levantamento a respeito das condições de infraestrutura das unidades existentes.

Muitas redes de ensino, no processo de expansão das matrículas, enfrentam dificuldades relacionadas a esses aspectos e, por isso, é fundamental compreender quais os principais pontos de atenção para assegurar que os espaços físicos das unidades sejam adequados para a segurança e o bem estar dos bebês e das crianças.

Na plataforma do Novo PAR apresentam-se diversas informações sobre a estrutura das escolas, registrados no Censo Escolar, no Painel de Insumos da aba Diagnóstico.

Dada a quantidade de dados do Painel de Insumos, no seu início encontra-se um cartão em que os indicadores são divididos por dimensões e por temas dentro das dimensões. Para este item é preciso verificar a dimensão Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. Dentro dela será possível visualizar indicadores da rede de ensino relacionados à infraestrutura básica (como percentual de escolas com abastecimento de águas, banheiros adequados à Educação Infantil, dormitórios ou sala de repouso, climatização, energia elétrica, entre outros) acessibilidade e inclusão (percentual de escolas com condições adequadas de acessibilidade, rampas, Salas de Recurso Multifuncionais, entre outros), conectividade, espaços e materiais pedagógicos. Todos indicadores são apresentados diferenciando escolas que ofertam creche e pré-escola assim como, sempre que possível, as modalidades de ensino.

Ainda no Painel de Insumos, adentrando ao item seguinte de formação, o Novo PAR elaborou com base nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil dois indicadores sintéticos (que congregam vários dados): Índice de Condições de Oferta da Creche e Índice de Condições de Oferta da Pré-Escola.

Os Índices de Condições de Oferta da Creche e da Pré-Escola indicador são compostos por 5 grupos de indicadores: infraestrutura básica; infraestrutura específica da etapa; material pedagógico específico; número adequado de crianças por professor; formação docente e garantia da alimentação escolar. O índice varia de 0 a 5, sendo que o desempenho da rede é considerado: Muito baixo se for menor ou igual a 1; Baixo se for maior que 1 e menor que 3,2 (desde que pontue 1 em todos os indicadores de infraestrutura básica); Médio se for maior ou igual que 3,2 e menor que 4,2; Alto se for maior ou igual a 4,2. Abaixo a relação de indicadores que compõe os índices:

- Abastecimento de água
- Água potável
- Energia elétrica adequada

- Esgotamento sanitário
- Acesso à internet com velocidade adequada
- Possui área externa (parque infantil ou terreirão)
- Possui banheiro adaptado para crianças
- Biblioteca ou sala de leitura (para pré-escola)
- Brinquedos para educação infantil
- Número adequado de crianças por professor*
- % Docentes com formação adequada (pedagogia, licenciatura plena ou ensino médio + magistério)
- Alimentação escolar para os alunos - PNAE/FNDE

Estes indicadores podem ser explorados, inclusive identificando resultado por indicador no Painel de Insumos da aba de Diagnóstico do Novo PAR, na dimensão Gestão Educacional.

No Novo Plano de Ações Articuladas, parte dessas informações já se encontra sistematizada e pode ser acessada pelos entes federados no processo de diagnóstico.

Na tabela a seguir, são apresentados um conjunto de elementos básicos da infraestrutura física das unidades para que os municípios efetuem o mapeamento dessas informações:

Indicador (% de unidades que...)	Dado do Censo	Revisão
forneçam água potável		
são atendidas com energia elétrica		
possuem esgotamento sanitário adequado		
atendidas com coleta de lixo adequada		
possuem sala para diretor(a)		
possuem sala de professores		
possuem sala para secretária		
possuem cozinha em funcionamento		
possuem refeitório		
possuem parque infantil		
possuem pátio coberto		
possuem banheiro adequado para a Educação Infantil		
possuem banheiro exclusivo para funcionários		
possuem sala de artes/Ateliê		
possuem biblioteca e/ou sala de leitura		
possui ala de recursos multifuncionais para o AEE		
possui área de vegetação ou gramado		
(ver o que mais entra aqui), considerando questionário do Censo e também a modelagem do PAR. Não ultrapassar 25.		

Finalizada a sistematização das informações sobre a qualidade dos prédios onde funcionam as turmas de educação infantil, o município terá condições de mapear as necessidades de reforma e de ajustes para assegurar a melhoria contínua da oferta de educação infantil.

Analisando as unidades educacionais e suas necessidades, o plano de melhoria da infraestrutura física e pedagógica do município poderá ser consolidado, indicando quais unidades serão reformadas e estimando o prazo e os recursos necessários para a execução dos serviços.

(% de unidades que...)

conta com diretor escolar exclusivo
conta com coordenador pedagógico ou equivalente exclusivo
possui ao menos um professor regente, com formação em magistério ou licenciatura em Pedagogia para cada turma de creche
possui ao menos um professor regente, com formação em magistério ou licenciatura em Pedagogia para cada turma de pré-escola
possui a relação de até 05 bebês por profissional da educação (professor com auxiliares) para turmas de 0 a 1 ano
possui a relação de até 08 crianças por profissional da educação (professor com auxiliares) para turmas de 1 a 2 anos
possui a relação de até 12 crianças por profissional da educação (professor com auxiliares) para turmas de 2 a 3 anos
possui a relação de até 18 crianças por profissional da educação (professor com auxiliares) para turmas de 3 a 4 anos
possui a relação de até 20 crianças por profissional da educação (professor com auxiliares) para turmas de 4 a 5 anos
possui profissional de Atendimento Educacional Especializado para atender a unidade.
possui funcionário administrativo para apoiar a gestão na secretaria da unidade

Finalizada a sistematização das informações sobre alocação e composição das equipes técnicas e docentes, a rede de ensino será capaz de compreender quais são as necessidades de contratação ou de reorganização da força de trabalho para fazer frente às necessidades de expansão e melhoria da qualidade do atendimento.



**Compromisso Nacional pela
Qualidade e Equidade
na Educação Infantil**

2